

# Escolarização do aluno surdo no Ensino Regular do Município do Rio de Janeiro

## O Surdo e sua trajetória no Ensino Regular: uma experiência bilíngüe do Município do Rio de Janeiro

Laura Jane Messias Belém<sup>1</sup>

Um tema muito em voga nos espaços escolares que contenham surdos em suas classes é o papel do intérprete de Língua de Sinais, doravante referenciado ILS, cuja profissão confunde-se com a própria história da surdez. A solicitação desse profissional nas áreas educacionais foi aumentando à medida que os surdos evoluíam na conquista de seus direitos.

Reverendo a trajetória das pessoas surdas no âmbito escolar, especificamente no Ensino Fundamental do Município do Rio de Janeiro, observamos que as escolas, diante das filosofias aplicadas nos últimos cem anos, com idéias de normalização, onde os surdos adequavam-se aos currículos e metodologias numa perspectiva ouvintista<sup>2</sup>, não previam o ILS, nos seus planejamentos como sujeitos partícipes no processo educacional.

Com as deliberações, declarações e leis, objetivando a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas públicas, o resultado foi a mudança de paradigmas. As escolas viram-se obrigadas ao compromisso de atender às diversidades a fim de garantir o acesso aos conceitos e conteúdos escolares, e, isso se aplicava também ao aluno surdo.

Contratar ILS ainda não é uma realidade na educação do município do Rio de Janeiro. As alternativas que visam um atendimento diferenciado aos alunos surdos que ingressam na Rede são:

- Classes Especiais, com um professor especializado, cuja capacitação continuada é garantida em seu horário de trabalho;
- Salas de Recursos, para atender aos alunos surdos que se encontram integrados em classes regulares;
- Professor Itinerante, que visita regularmente classes onde alunos surdos que não freqüentam Salas de Recursos possam beneficiar-se dos recursos e estratégias pedagógicas.

1 Mestranda em Educação pela UNIMEP-SP. Professora de surdos e surdo-cegos do Município do Rio de Janeiro. Intérprete de LIBRAS pela FAETEC.

2 Termo que denomina as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos: percepções que legitimam práticas terapêuticas habituais. (SKLIAR, 1998 apud CORSINI, 2004, p.30)

Essas ações foram sendo implementadas, de forma a proporcionar uma inserção desses sujeitos num ambiente onde o direito a uma educação de qualidade lhes possibilitasse alcançar uma autonomia intelectual, moral e social. Sendo assim, após vários anos empreendendo e desenvolvendo estudos e projetos quanto às questões pedagógicas dos surdos – que já se organizavam num movimento crescente e de grande amplitude, autodenominado “minorias lingüísticas”, o Instituto Helena Antipoff, centro de referência em Educação Especial do Rio de Janeiro, em 2005 iniciou um Programa de Educação Bilíngüe em algumas escolas, das 10 CRE’s (Coordenadorias Regionais de Educação).

Tal prática consiste na capacitação e formação continuada dos profissionais envolvidos com classes e alunos surdos, para troca de experiências das práxis, em encontros mensais, que acabaram tornando-se quinzenais, tamanha demanda e necessidade de aprofundamento.

Além desse empreendimento, foi criado um espaço nomeado Laboratório de Libras, visando ofertar aos professores, familiares e alunos um contato maior com a LIBRAS<sup>3</sup>, no intuito de difundir a língua dos surdos. Esse lugar, segundo Sacks (1998), resultaria numa “*polinização, num ir e vir das idiossincrasias e forças, numa linguagem cada vez mais refinada e generalizada*”. Seria a língua de sinais circulando, propagando-se de forma natural, servindo-se de “experiência prévia para aquisição de uma segunda língua” (Skliar, 1997). Mas para que o Programa de Educação Bilíngüe dê certo, tem-se a consciência de que a aquisição e o domínio de uma língua, e a LIBRAS se encontra neste precedente, requer tempo, disponibilidade e prática, para seu domínio.

Há ainda uma outra situação de muita relevância, que Fernandes (2005) aponta: a contratação de intérpretes, “*baseada na seleção de pessoas que saibam ‘conversar’ com os surdos e se façam entendidos por eles*”. Lacerda (2002, p.122) refere que as escolas envolvidas em suas pesquisas “*receberam a idéia da presença do intérprete em sala de aula como uma panacéia – ou seja, um remédio para todos os problemas da inclusão de um aluno*”.

Que tipo de profissional, então, seria apropriado para atuar nesse atendimento diferenciado, sem ser um mero instrumento? Qual seria sua formação? O que o torna qualificado para tal desempenho? O PROLIBRAS? Uma faculdade? As associações e/ou federações? O surdo?

Segundo Souza (1998), a língua é o produto de um trabalho entre pessoas organizadas socialmente, buscando construir idéias, conhecimentos. Tais exercícios de compreensão do mundo se fazem através da mediação da língua.

O agente mediador na compreensão das línguas tem se tornado cada vez mais peça imprescindível nas práticas pedagógicas, devido à complexidade dos conteúdos programáticos aos quais os alunos surdos estão sujeitos. Quem ocupa esse papel hoje nas escolas da rede municipal e tem mostrado resultados bastante expressivos é o Pro-

3 LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, reconhecida oficialmente em nível federal no dia 24/04/2002.

**fessor Itinerante**, bilíngüe, que acompanha mais amiúde o aluno que já se encontra com ele na Sala de Recursos, num outro horário alternativo.

Essa Sala de Recursos, no contexto do Programa de Educação Bilíngüe, é um espaço de desenvolvimento da Língua de Sinais, com um objetivo de preparar o aluno para ‘vôos maiores’, onde se diz um NÃO a um bilingüismo fraco, NÃO a uma identidade ouvinte e um NÃO à normalização.

Esse mesmo profissional participa de uma série de atividades junto a outros professores, num trabalho de cooperação que remete às práticas da pedagogia formativa, que Perrenoud (2002) tanto cita em suas obras sobre Ciclos de Formação. Como exemplo de ações com sucesso, vale citar o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) que funciona num CIEP da 1ª CRE, no Centro do município, para o qual foram encaminhados surdos com idades e tempo de permanência muito elevados nas Classes Especiais.

Mas, uma pergunta que não quer se calar: o que é ser intérprete? Segundo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Ed. Civilização Brasileira), é a pessoa que interpreta, que serve de língua ou de intermediária para fazer compreender indivíduos que falam diferentes idiomas; hermeneuta; exegeta. Em minha opinião, o que se torna marcante num intérprete é o fato de ele servir de língua e ser um elemento de fazer compreender a palavra.

Interpretar e traduzir os sentidos das línguas diferentes, que trazem em seu bojo as marcas de uma cultura e seus diferentes matizes, faz do intérprete um mediador das significações, sintaxes e semântica do que é dito e escrito. O intérprete realiza a função de traduzir sentidos e interpretar, da língua falada para a língua de sinais e vice-versa, observando os preceitos éticos que encerram todas e quaisquer relações cabíveis no âmbito profissional.

O relato de uma mulher surda para uma pesquisa de Lebedeff (2006, p.50) torna pungente a situação que surdos experimentam em suas vidas escolares. Nesse relato, afirma que *“desde o 1º Grau até o 2º Grau professores me ajudavam pouco, era difícil, eu não entendia nada, porque não tinha intérprete”*.

A responsabilidade desse profissional que ainda apura sua real identidade no âmbito escolar reside nas habilidades que o levem a se tornar um especialista não só nas questões lingüísticas, como também nas questões pedagógicas, alinhando-se junto à escola, fazendo parte do grupo de estudos, na elaboração dos programas e atividades didáticas, pois, apesar dos avanços tecnológicos, sempre será necessário um *cérebro humano* para diferenciar os termos pertinentes a LIBRAS.

Se o ILS ainda não é uma realidade nas escolas do Município do Rio de Janeiro, é porque talvez isso esteja atrelado ao desempenho no que irá realizar, assim como e na forma com que se nomeará esse profissional: professor-intérprete? professor especializado? intérprete educacional?

A integração desse profissional a uma instituição pública deverá ocorrer mediante concurso público, para o qual estejam claramente definidos cargo e funções, de modo a permitir que ele, como *persona-grata* em seu meio de atuação, contribua para um melhor fluir das relações e competências do ensino-aprendizagem.



## Referências bibliográficas

- FERNANDES, Eulália (Org.). *Surdez e Bilingüismo*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.
- LACERDA, Cristina B. F de. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Claudia B. et al. (Orgs.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.
- \_\_\_\_\_; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.). *Surdez, processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Editora Lovise, 2000.
- LEBEDEFF, Tatiana B. Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Porto alegre: In: LOPES, Maura Corsini e THOMA, Adriana (Orgs.). *A invenção da surdez II*. Santa Cruz do Sul/SC: Editora EDUNISC, 2006.
- LOPES, Maura Corsini e THOMA, Adriana da Silva (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul, Santa Catarina: Editora EDUNISC, 2004.
- SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.
- SOUZA, Regina Maria de. *Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.